

**O Discurso histórico e crítico...,  
de D. Francisco Alexandre Lobo:  
um olhar diferente sobre a vida e a obra de Vieira**

ANA PAULA BANZA  
Universidade de Évora  
anabanza@uevora.pt

Francisco Alexandre Lobo (Beja, 1763 - Viseu, 1844), religioso da Ordem de São Bento, era Doutor em Teologia. Foi professor na Universidade de Coimbra e Bispo de Viseu, tendo desempenhado também outros cargos relevantes na vida pública da época. Por esse motivo, é consensualmente considerado uma figura de relevo na vida cultural e política da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX.

Da sua obra, ocupa-nos aqui o *Discurso histórico e crítico acerca do Padre Antonio Vieira e das suas obras*, que conheceu várias edições, a primeira das quais em 1823, e cujo original manuscrito foi adquirido, em 2008, pela Biblioteca Nacional de Portugal.

É esta uma obra a muitos títulos interessante para o conhecimento da vida e da obra do Padre António Vieira, antes de mais pela postura, supostamente isenta, por oposição a outras, mais tendenciosas, pela positiva, como a do Padre André de Barros (autor da *Vida do Apostólico Padre António Vieyra da Companhia de Jesus*, 1746), ou pela negativa, como a de José de Seabra da Silva (autor da *Dedução Chronologica e Analytica*, 1767-1768). Por oposição a estas, a visão “científica” sobre a vida e a obra do Padre António Vieira proposta pelo Bispo de Viseu promete, afinal, algo que, no que toca a Vieira, sempre se revelou, se não impossível, muito difícil, porquanto, quer como personalidade histórica, quer como autor, sempre, para o bem e para o mal, suscitou paixões.

Assim, no presente texto, analisa-se a informação e a crítica relevantes e, em alguns aspectos, originais sobre a vida e a obra de Vieira, na perspectiva da recepção, num momento em que, depois da expulsão dos Jesuítas, em 1759, e da extinção da Ordem pelo Papa, em 1773, o anti-jesuitismo estava ainda ao rubro.

A obra, constituída por 133 páginas, é um discurso, ou memória (como também lhe chama, na página 133), em texto corrido até à página 112, onde o autor segue, numa linha cronológica recta, a vida do autor, narrando e comentando passo a passo e de forma bastante pormenorizada os seus sucessos. Com uma separação de duas linhas,

segue-se, entre a página 112 e a página 133, uma conclusão, igualmente em texto corrido, que funciona como síntese de todo o discurso e onde se podem encontrar resumidas as apreciações do autor sobre o carácter e sobre cada uma das obras de Vieira.

Antes de mais, importa notar que, por si só, a existência desta obra – como de outras que se ocuparam da vida e da obra do Padre António Vieira – é reveladora da sua importância como personalidade histórica e literária, independentemente da apreciação positiva ou negativa que, segundo as épocas e os autores, mereceu. Nesta perspectiva, a obra de Lobo poderia ser apenas mais uma obra biográfica sobre Vieira.

Há, no entanto, um aspecto em que o *Discurso historico e critico...* se afasta das obras anteriores, constituindo-se como um olhar diferente, que merece o interesse dos estudiosos e amantes de Vieira. Surge esta obra num momento em que a vida e a obra de Vieira tinham conhecido, em fases sucessivas, os maiores aplausos e as maiores críticas, uns e outras frequentemente ditados mais pelas paixões do que por factos concretos. Assim, a originalidade de Lobo consiste na apresentação de uma visão neutra, apoiada apenas nos factos históricos e nas obras e liberto das paixões, positivas ou negativas, de que, na sua perspectiva, enfermam as obras anteriores sobre o Jesuíta. Procura, pois, fornecer um olhar diferente sobre a vida e a obra de Vieira, objectivo e historicamente rigoroso, que, expurgado da adulação como da detracção, lhe faça justiça.

O ponto de partida da obra é, assim, a constatação de que a consideração e aplauso de que Vieira foi alvo no seu tempo e ainda muito depois dele, foram substituídos, a partir de meados do séc. XVIII, por uma atitude totalmente oposta: “o seu zelo foi tido em menos conta de puro e desinteressado; concedeu-se-lhe só o talento de formar e entreter intrigas cortezãs; e foi reputado orador quasi inteiramente desprezível”<sup>1</sup>. Tomando ambas as posturas como excessivas, propõe-se apresentar um retrato fiel do autor e das suas obras:

Pelo exame todavia da historia de António Vieira e leitura das suas obras, tenho formado opinião de que nem a sua idade, nem a seguinte lhe fizeram inteira justiça. O seu século, além de ser juiz menos competente, deixou-se allucinar de certo prestigio, que acompanhava os talentos nada vulgares, e a incrível promptidão e actividade de Vieira: o seguinte foi em parte arrastado de ódio, em parte levado de errada antecipação; cerrou quasi acintemente os olhos ao seu indisputável merecimento; e recusou, com muita injustiça, dar as desculpas, que imperiosamente requeriam as circumstancias. Ambos pois tenho a respeito d'elle por injustos: com a diferença, que nos primeiros juizes me parece que influiu mais um erro muito natural, e por isso mesmo muito desculpável; nos segundos obrou mais ou o rancor, ou deferência cega ao conceito de ardentes e determinados inimigos. Vou referir em breve o que com muita diligencia alcancei da sua historia; e propor o juizo, que tenho feito do seu character, dos seus talentos e escriptos: e cuido que por fim assentarão commigo os leitores d'este opúsculo, que se António Vieira não mereceu cabalmente os louvores, com que o exaltou o seu tempo, disposições teve da natureza para os merecer; que as invectivas do tempo posterior foram ainda mais mal fundadas, e merecem maior reparo; e que tão longe está de obrigar os portuguezes com seus escriptos ao desprezo, que por elles se deve reputar um dos varões mais beneméritos da nossa Pátria.

*Discurso...*, 6

<sup>1</sup> Cf. *Discurso...*, 5.

O *Discurso historico e critico...* assume-se, pois, como uma obra “científica”, entendendo-se aqui como tal essencialmente uma observação baseada na análise objectiva de fontes, nomeadamente, além da história contemporânea de Portugal, vista essencialmente pelos olhos do Conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, na *História de Portugal Restaurado* (1679), as próprias obras de Vieira, principalmente os sermões e as cartas, a *Vida do Apostólico Padre António Vieyra da Companhia de Jesus* (1746), de André de Barros, e os escritos anti-jesuíticos da segunda metade do séc. XVIII, de que é exemplo a *Dedução Chronologica e Analytica* (1767-68), de José de Seabra da Silva. A análise cuidada das fontes e a imparcialidade do autor, não movido, nem pelo deslumbramento dos contemporâneos, nem pelo ódio dos inimigos anti-jesuítas, afirmam-se, assim, como garantes de um retrato fidedigno de Vieira e da sua obra que, na opinião de Lobo, ainda não fora feito.

A este propósito, importa considerar, antes de mais, que, tanto a afeição dos contemporâneos, como a desafeição dos inimigos anti-jesuítas de Vieira, não foram nunca absolutas (nem tal seria possível, pois não há relato de alguma figura histórica que tenha reunido consenso, pela positiva ou pela negativa), mas apenas maioritárias. No caso de Vieira, embora tenha tido não poucos inimigos e detractores durante a sua vida, os admiradores excederam-nos sempre, em número e em grau. Depois da sua morte, particularmente a partir de meados do séc. XVIII, na época de maior ódio anti-jesuítico, a situação inverteu-se, como se pode constatar na profusa literatura anti-jesuítica deste período, de que talvez a *Dedução Chronologica e Analytica* (1767-1768) represente o auge. No entanto, na mesma época, e até no mesmo ano desta última obra, é possível encontrar referências em tom profusamente laudatório, senão ao homem, pelo menos ao escritor e cultor ímpar da língua portuguesa. Tal é o caso, por exemplo, nas *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa* (1768), de Francisco José Freire, mais conhecido pelo pseudónimo arcádico de Cândido Lusitano, que, na sua obra, elege este autor, entre os clássicos, como o mais autorizado e digno de imitação; não pelo estilo, que considera tocado, muitas vezes, pelo “mau gosto” seiscentista, mas pela pureza da língua, particularmente nos *Sermões*. É certo que há que ter em conta que Freire se revela, como ele próprio reconhece, um apaixonado de Vieira: “Se não me cega a paixão, ou não me enganam os testemunhos de sabios infinitos, nem antes, nem depois deste singular orador tivemos penna do mesmo aparato”<sup>2</sup>. No entanto, tal paixão, que é inequívoca, não pode ser considerada cega, porquanto se revela baseada num profundo conhecimento da obra vieirina, sem deixar de lhe reconhecer algumas impropriedades e faltas de razão ou de coerência, que, no entanto, não considera suficientes para retirar ao seu autor de eleição o estatuto de Mestre da língua portuguesa e modelo influente na doutrina linguística e literária de setecentos. Mais parcial e seguramente menos fundamentado se revela o ódio anti-jesuítico, em geral, e anti-Vieira em particular.

Desta desproporção se terá apercebido o nosso autor, que, descontados os exageros de uma e de outra parte, procura, nesta obra, repor a justiça no juízo que, para a posteridade, se faria da vida e obra de Vieira e dos Jesuítas, em geral, sobretudo enquanto agentes do ensino.

<sup>2</sup> Cf. *Reflexões...*: I-9. Embora editadas pela primeira vez apenas em 1842, edição que usamos aqui, o original manuscrito, que se encontra actualmente na Biblioteca Pública de Évora, é datado de 1768: *Reflexões Sobre a Lingua Portuguesa, Escriptas por Francisco Joze Freire da Cong.m do Oratorio de Lisboa em 1768*, Manuscrito: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Cod. CXIII / 2-1.

A estrutura da obra segue, como acima se referiu, a história de Vieira, apoiando-se, com poucas exceções, na obra de Barros e, para o período da vida de Vieira posterior à Restauração, no *Portugal Restaurado*. No que respeita à genealogia, segue em tudo os dados de Barros, limitando-se, em alguns casos, a avançar, ainda que com cautela, algumas deduções, como, por exemplo, a de que é provável que o pai de Vieira tenha ido para o Brasil desempenhar o cargo de secretário do governo ou outro cargo público de importância semelhante, uma vez que um dos seus filhos viria a desempenhar este cargo e todos tiveram percursos consentâneos com pessoas de alguma importância na sociedade; ou que, apesar de nada se saber da mãe de Vieira, é provável que fosse de classe social idêntica à do pai, devido ao princípio de igualdade no casamento.

Particularmente interessantes são os comentários que, desde as primeiras páginas, vão surgindo sobre os Jesuítas e que revelam uma tentativa de juízo justo, apesar da clara influência das ideias anti-jesuítas. Assim, o Bispo de Viseu insinua, por exemplo, que os Jesuítas se aproveitavam arditosamente do seu domínio no ensino para cativar os estudantes mais dotados para a Ordem e que, no que toca a Vieira, não terão enviado qualquer esforço para auxiliar os seus pais a dissuadi-lo do intento de professar, apesar de a sua juventude o aconselhar<sup>3</sup>. Reconhece, no entanto, a erudição e eminência de muitos jesuítas célebres, particularmente franceses, como Le Tellier, La Chaise, Bourdaloue, Rapin ou Vanière, retirando do caso francês a conclusão de que não terão sido os jesuítas os responsáveis pelo declínio do estilo na literatura em Portugal, uma vez que tal não aconteceu em França, onde a Ordem também florescia e era bastante influente na Corte, e, por outro lado, o “mau gosto” teria surgido em Itália ainda antes dos Jesuítas. Importa, neste caso, notar que, se o primeiro argumento em defesa da inocência dos Jesuítas na implementação do “mau gosto” em Portugal é bem esgrimido, o segundo dificilmente colhe, pois, embora efectivamente os inícios mais remotos do Barroco italiano tenham antecedido, ainda que de poucos anos, a publicação da *Ratio Studiorum*, em 1599, não são, no entanto, seguramente, anteriores à criação da Ordem, em 1540. De qualquer forma, não era este um mal nacional, mas importado de Itália, de onde teria passado a Castela e a Portugal, e, por outro lado, não se repercutira da mesma forma noutros países, como a França, onde os Jesuítas também dominavam, no ensino e na política, não sendo, por isso, justo culpar o ensino jesuíta por tal decadência do bom gosto literário, como na altura geralmente se fazia<sup>4</sup>. Lobo reconhece, aliás, a solidez do ensino jesuíta face à “superficialidade” do ensino reformado de Pombal:

Nos seus edificios, que vemos ainda hoje, não procuravam tanto a elegância da forma, como a consistência e duração. Na profundidade e segurança dos alicerces, na robusteza, travado e apumado dos muros punham o esmero principal. O mesmo era no edificio litterario, de que elles tinham as humanidades, e com razão, por fundamento. Eu não posso approvar sobejo cuidado em alicerces; todo o excesso tem de certo inconvenientes: mas a decidir-me por algum dos extremos oppostos, antes escolhera o dos jesuitas, que o dominante hoje em dia por toda a Europa. Os alicerces são agora muito superficiaes e mal seguros; e o que se segue, é que as nossas architecturas primeiro são ruinas, que cheguem a ser edificios. Multiplicam-se quasi a infinito as emprêsas deste género; mas as obras que desafiam o tempo, que promettem immortalidade, são nenhuma. Fallando sem figura, muitas são, e ainda mais que muitas, as pessoas que agora recebem alguma leve tintura de letras; porém,

<sup>3</sup> Cf. *Discurso...*, p. 11.

<sup>4</sup> Cf. *idem*, pp. 9-10.

se com isso a impertinente presunção é muito vulgar, a verdadeira sabedoria é sempre rara: e sempre o será, por mais que se imaginem alvitre de espalhar larga e rapidamente a instrução; os quaes, dado que se realizem, farão, se me não engano, mais presunçosos e inquietos, mas não farão os homens ao todo mais sábios, nem melhores.

*Discurso...*, 12-13

Como resultado desta formação, a erudição vieirina é considerada, nos seus diferentes aspectos, um exemplo desta solidez:

A erudição, que adornava este espírito raro, não deixava de ser avultada. O seu conhecimento das Escripturas era profundo; o das obras dos padres e da historia ecclesiastica era vasto. Conhecia bem a theologia da sua igreja, a philosophia do seu tempo. Não parece hospede na historia dos povos antigos; e muito menos na dos modernos da Europa. Os melhores clássicos romanos, e particularmente Virgilio, Tácito e Séneca, mostra tratar com grande familiaridade; e dos portuguezes, tanto em verso, como em prosa, mostra noticia cabal, e até prompta memoria.

*Discurso...*, 118-119

Vieira surge, pois, como um exemplo do modelo de educação jesuítico, só assim se justificando que, ainda antes dos 20 anos, o jovem Vieira já escrevesse as cartas anuais, em Latim, da companhia, e tenha mesmo composto comentários às Tragédias de Séneca e talvez às Metamorfoses de Ovídio, ao Livro de Josué e aos Cantares.

A comparação com Cícero, por si só elogiosa, é, no entanto, como seria de esperar, desvantajosa em alguns aspectos, pois Lobo, embora reconhecendo em Vieira qualidades relevantes e o “brado” que a sua obra teve na época e ainda na posteridade, nega-lhe, no entanto, a “duração indefinida” a que se chama “imortalidade”. Reconhece-lhe qualidades extraordinárias, idênticas mesmo às de Cícero, mas considera-as indevidamente utilizadas e, apesar de serem os sermões a principal causa da sua notoriedade, considera serem também eles os seus escritos mais viciosos:

É admirável a finura e agudeza com que elle, nas suas empresas mais extravagantes, parece sondar perfeitamente abysmos, apartar duvidas, e sahir dos enleios mais implicados! Não é muitas vezes, senão fabrica phantastica, ou magica, que com o menor impulso da razão se desfaz e resolve em fumo e nada; mas tem apparencia que illude, prova grande poder e certa virtude creadora na privilegiada mente, que a levantou. Lastima-se o leitor, e porventura indigna-se, de ver tão mal gasta tamanha virtude de engenho: mas não póde deixar de a reconhecer com certo assombro e maravilha [...] o merecimento indisputável de Vieira, em quanto escriptor, consiste, se me não engano, na propriedade, clareza, decoro dos escriptos, que não são oratórios, e no perfeito uso da lingua portuguesa em todos: mas os oratórios é que o fizeram famoso, e não sei se diga, que em razão dos seus vícios.

*Discurso...*, 14-15 e nota 2

Reconhece, no entanto, algumas excepções, logo desde os sermões da juventude: sentenças excelentes, conhecimento do mundo superior ao esperável na sua idade, verdades profundas, tom grave e acomodado ao auditório, dignidade e aviso e linguagem “por abundância, propriedade, correcção, pouco menos, se acaso menos, que perfeita”<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Cf. *Discurso...*, p. 17.

Mais adiante, comparará ainda Vieira a Séneca, de quem afirma possuir “a concisão aguda e a maneira engenhosa”<sup>6</sup> e a Tácito na “agudeza”<sup>7</sup>, no “dom de narrar por modo claro, corrente e grave, que afasta tudo o que é inútil, que refere com ordem, sem prolixidade, sem ambição nos termos e nos pensamentos”<sup>8</sup> e, enfim, nas “malícias”:

O costume de relevar nas pessoas e acções o lado menos favorável, e de lhes suppôr motivos e intentos sinistros, é o que Vieira qualifica de malícias de Tácito. Taes malícias não são o menor ingrediente, que entra no composto das suas virtudes tão preconizadas; porque a satyra dos outros tem para o coração humano não sei que picante agradável.

*Discurso...*, 124, nota 2

Em relação à vida pública de Vieira, iniciada depois da Restauração, segue o autor muito fielmente o *Portugal Restaurado* que, como é sabido, não lhe reconhece um lugar decisivo na história política e diplomática da época, concedendo maior valor a figuras como, por exemplo, Francisco de Sousa Coutinho. Vieira, aliás, como é visível em algumas cartas, como a que escreve ao Conde da Ericeira em 1688, e na réplica que, em 1689, escreve à obra, nunca lhe terá perdoado: “Não me apliquei a ler a dita história, porque a parte dela que pertence ao Brasil vi-a com os olhos, e a outra parte das embaixadas passou-me pelas mãos”<sup>9</sup>. No entanto, também aqui, em nome da justiça pretendida, Lobo adianta que a apreciação que de Vieira se faz no *Portugal Restaurado*, ainda que com algum fundo de verdade, poderia vir também de invejas e desafeições, tal como as acusações do autor da *Dedução Chronologica*, em cujas provas não encontra força, ligação e sentido, mas apenas ódio veemente e impetuoso<sup>10</sup>, concedendo apenas que os próprios Jesuítas, com o seu comportamento, que considera soberbo e arrogante, terão sido a causa da sua desgraça, acirrando invejas e ódios.

As mesmas causas de invejas e desafeições vê também Lobo no episódio dramático com a Inquisição. Neste vê o autor mais de política do que de religião e, analisando ponderadamente as culpas e as penas, conclui terem sido estas últimas excessivas e, por outro lado, o seu perdão menos de seis meses depois da sentença, correspondendo ao afastamento de D. Afonso VI e ao início da regência de D. Pedro, cujo partido Vieira apoiara, mais não faz do que confirmar essa mesma suspeita. Quanto às ideias expressas nos escritos proféticos e que constituíram a causa, ou o pretexto, para o processo, considera que:

Nenhum homem pôde ser inteiramente superior ao seu século. As idéas e opiniões, nelle dominantes, o hão de sujeitar mais ou menos [...] Se António Vieira por mera condescendência sacrificou nas orações do púlpito ao gosto do tempo, que tinha por estragado; muito sinceramente ao contrario abraçou as credulidades, e se entregou ás visões, ou abusões, que ainda no século XVII, dominaram mais ou menos toda a Europa [...] Os portugueses do século XVII criam as profecias de Gonçalves Bandarra, esperavam o encoberto, assustavam-se de cometas, liam futuros nas estrellas, sahiam com prognósticos. Não eram elles todavia os únicos europeus, que

<sup>6</sup> Cf. 1897, p. 131.

<sup>7</sup> Cf. *Discurso...*, p. 124.

<sup>8</sup> Cf. *Discurso...*, pp. 124-125.

<sup>9</sup> Cf. *Cartas*, III, p. 568.

<sup>10</sup> Cf. *Discurso...*, 44, nota 2.

no seu tempo se podem notar d'esta fraqueza: porém as suas desgraças desde a batalha de Alcácer, os seus receios depois da aclamação de 1640 os tinham talvez mais crédulos; visto que o homem nos grandes males e temores costuma ser mais certo ludibrio da propensão, que todos temos, por um lado a engrossar na phantasia os temidos desastres, e por outro a converter os nossos mais vivos desejos em ardentes esperanças. Pegou-se também d'este contagio António Vieira. E como tinha tanto de agudo e de especulativo, não só foi adiante de todos os outros, mas foi o corypheu e oráculo dos mais. [...] Em summa que, tudo bem considerado e contrapesado, as proposições notadas de Vieira mais me parecem paradoxos, do que erros; mais extravagâncias dignas de riso, que afirmativas perigosas, merecedoras de uma seria e formal condemnação.

*Discurso...*, 61-62, 67

Esta visão de Vieira como um homem do seu tempo, que, apesar do seu extraordinário engenho, faz concessões ao (mau) gosto e às crenças do seu século, o que não constitui defeito, mas apenas uma inevitabilidade, estende-se naturalmente também, e mesmo sobretudo, aos sermões. Nestes, Lobo reconhece, além da perfeição da linguagem, que é comum a todos, em alguns, como o da Sexagésima (1655), o das Exéquias de D. Maria de Athayde (1649) e o do Mandato (1644), uma grande perfeição e poucos "vícios", mas em muitos outros, como o S. de S. António aos peixes (1654), ou ainda em textos como a defesa das lágrimas de Heraclito, que considera "papel de pouco preçu" (*Discurso...*, 84), encontra características que, se no tempo de Vieira faziam as delícias dos auditórios, eram, no seu e desde pelo menos meados do séc. XVIII, consideradas condenáveis e, em alguns casos, risíveis, como é o caso da alegoria dos peixes, no Sermão de Santo António:

...alegoria, que no tempo é natural que interessasse pelas allusões, mas que agora parece muito exótica e mesmo ridicula. A *irmã sardinha* e o *irmão polvo* parecem extravagâncias muito absurdas. Todavia, ainda sem fazer conta com a excelente linguagem, paga em varias passagens o trabalho da leitura: e com effeito isto mesmo se deve dizer e intender dos seus sermões, ainda os mais desprezíveis; e pode ser que não cheguem a tres os que sirvam de excepção.

*Discurso...*, 49, nota 4

Os sermões são, aliás, como acima se referiu, a obra de Vieira mais criticada por Lobo, que lhe repreende, não a linguagem, que reconhece como modelar em todas as obras, mas o estilo, que considera corrupto, não por culpa de Vieira, mas por culpa do tempo em que nasceu. A mesma apreciação faz, aliás, o já referido Freire, ao considerá-lo também modelo de linguagem, ainda que não de estilo. Daí que Lobo considere os escritos não oratórios de Vieira bastante superiores aos sermões, pois, partilhando com eles a perfeição da linguagem, não partilham a corrupção do estilo. Destaca, por isso, como escritos modelares, as cartas, que compara às de Cícero e às de Madame de Sévigné, e os opúsculos pragmáticos, como a relação da missão da serra de Ibiapaba e a carta histórica a Afonso VI (1660) sobre as missões do Maranhão e dos Nheengai-bas. Pelo mesmo motivo destaca as narrações que, pontualmente, se encontram nos sermões, "todas ellas estremadas em brevidade intendida, em disposição, em propriedade"<sup>11</sup>. Esta apreciação leva-o, aliás, a considerar Vieira particularmente talhado para

<sup>11</sup> Cf. *Discurso...*, p. 125.

os escritos históricos, lamentando que não se tenha aplicado a escrever uma história da Restauração. Já a *História do futuro*, reputa-a indigna do nome de história: “uma adivinhação, uma conjectura, uma predição atrevida”, que, como história, é “uma extravagância, antes um monstro”<sup>12</sup>. Quanto à *Clavis Prophetarum*, refere-a apenas, sem tecer qualquer comentário, manifestamente por desconhecimento, como obra incompleta, a que Vieira terá dedicado, juntamente com os *Sermões*, os últimos anos da sua vida: “obra, que ou se perdeu, ou jaz ignorada, e certamente não saiu a publico pela impressão, e nem sequer recebeu do auctor o seu ultimo complemento”<sup>13</sup>.

Concluimos. O *discurso histórico e crítico* ainda que não traga dados novos sobre a vida e a obra de Vieira, constitui, no primeiro quartel do séc. XIX, uma tentativa pioneira de fazer história científica, aplicando métodos críticos, como o cruzamento de diferentes dados e fontes, a uma figura histórica, no caso, o Padre António Vieira: “O testemunho da historia deve ser incorrupto; a critica sã rejeita igualmente satyra e adulação”<sup>14</sup>. Esta mesma visão moderna da História, aliás, revela D. Francisco Alexandre Lobo noutras obras a que se aplicou como historiador, de que se destaca a que dedicou à figura e à obra de Camões e, neste sentido, pode dizer-se que, no geral, é logrado o intento de fornecer uma visão global e isenta da vida e da obra de Vieira. No entanto, e apesar de, várias vezes ao longo da obra, defender que as figuras históricas não podem ser adequadamente vistas senão no contexto do seu tempo, acaba por, particularmente no que diz respeito à obra, fazer uma apreciação crítica fundamentalmente negativa de aspectos característicos da cultura seiscentista, em geral, e da estética barroca, em particular, o que, se, por um lado, demonstra, de facto, que o séc. XIX já não via o séc. XVII da mesma forma que o séc. XVIII o tinha visto, mas antes com uma nova preocupação com o enquadramento histórico-cultural da personalidade estudada, por outro, não escapa a uma leitura de Vieira que é a do seu tempo, com as suas próprias crenças e preconceitos, confirmando que

não ha século, que não se illuda com enganos, que não abrace e não adore erros: e se algum presumisse de si esse privilegio de infallivel, não pudera offerecer do seu engano e erro argumento mais decisivo. Rimo-nos da sisuda gravidade, com que nossos passados creram e defenderam illusões: pagar-nos-hão na mesma moeda os nossos vindouros; e pagar-lhes-ha tambem a elles a sua posteridade.

*Discurso...*, 61

<sup>12</sup> Cf. *idem*, p. 125.

<sup>13</sup> Cf. *idem*, p. 113.

<sup>14</sup> Cf. *idem*, p. 133.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANZA, Ana Paula, "Freire e Vieira: a questão da *auctoritas* nas *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa*, de Francisco José Freire", *Limite - Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía*, Universidad de Extremadura, 6, 2012, pp. 103-123.
- BARROS, André de, *Vida do Apostólico Padre António Vieyra da Companhia de Jesus*, Lisboa: na nova Officina Sylviana, 1746. Disponível em <http://archive.org/details/vidadoapostolico00barr>.
- FREIRE, Francisco José, *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa, escriptas por Francisco José Freire, publicada com algumas anotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis, 1842 [ms. 1768]. Disponível em <http://purl.pt/135>.
- LOBO, Francisco Alexandre, *Discurso historico e critico ácerca do Padre Antonio Vieira e das suas obras*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1897 [1.ª ed. 1823]. Disponível em <http://archive.org/details/discursohistri00lobo>.
- SILVA, José de Seabra da, *Deducção chronologica, e analytica*. Lisboa: na Officina de Miguel Manescal da Costa, 1768. Disponível em <http://www.archive.org/stream/deducochronolog02silvgoog/djvu.txt>.
- VIEIRA, Padre António, *Cartas do Padre António Vieira*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, 2.ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional, 1970-71.